Informações Trimestrais

Em 30 de setembro de 2026

e Relatório de Revisão

do Auditor Independente

METRÔ

Sumário

Composição do Conselho de Administração.....03
Relatório do Auditor Independente sobre as informações trimestrais.....04
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais.....06
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente.....07
Balanços patrimoniais.....08
Demonstrações dos resultados.....10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....13
Demonstrações dos valores adicionados.....14
Notas explicativas às informações trimestrais.....15

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Milton Frasson

Membros:

Alessandra de Almeida Figueiredo

André da Silva Curcio

Antonio Julio Castiglioni Neto

Daniel Rodrigues Aldigueri

Eugênia Cristina Cleto Marolla

Fabiano Maia Pereira

Fabiano Martins de Oliveira

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

Wagner Fajardo Pereira

Walkyria Aparecida Augusto

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreende o balanço patrimonial nesta data e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesta Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente às informações trimestrais da Companhia no período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Ativo	Nota explicativa	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	805.594	642.932
Caixa restrito	6	31.768	-
Contas a receber	4	183.416	200.200
Estoques	5	202.956	205.885
Tributos a recuperar		19.647	16.977
Outros ativos		76.439	51.689
		1.319.820	1.117.683
Ativos não circulantes mantidos para venda		24.141	24.141
		1.343.961	1.141.824
Não circulante			
Contas a receber	4	5.422	6.215
Caixa restrito	6	-	35.871
Depósitos judiciais	7	45.995	48.717
Outros ativos		156.688	131.458
Investimentos	8	162.694	219.732
Imobilizado	9	50.017.194	47.098.340
Intangível	10	23.981	21.885
		50.411.974	47.562.218
Total do ativo		51.755.935	48.704.042

Passivo	Nota explicativa	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	12	1.023.183	738.264
Debêntures	13	65.751	112.813
Impostos e contribuições a recolher	14	38.911	53.395
Remunerações e encargos a pagar	15	384.334	292.366
Adiantamento de clientes	16	47.681	43.982
Partes relacionadas	17	31.565	31.976
Passivo de arrendamento		-	3.417
Outras contas e despesas a pagar		3.020	3.314
		1.594.445	1.279.527
Não circulante			
Debêntures	13	-	37.494
Impostos e contribuições a recolher	14	525	638
Remunerações e encargos a pagar	15	13.567	20.415
Adiantamento de clientes	16	854.346	800.861
Plano de previdência suplementar	18.2	382	347
Provisão para processos judiciais	19	1.771.018	1.674.573
Partes relacionadas	17	220.242	225.791
		2.860.080	2.760.119
Patrimônio líquido			
Capital social	20.2	57.339.085	57.339.085
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.2	3.177.251	-
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		176.353	176.353
Prejuízos acumulados		(13.391.263)	(12.851.026)
		47.301.410	44.664.396
Total do passivo e patrimônio líquido		51.755.935	48.704.042

	Nota explicativa	Três meses findos em		Nove meses findos em	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receita operacional líquida	21	749.904	703.920	2.178.859	2.052.443
Custo dos serviços prestados	22	(656.871)	(659.399)	(2.027.593)	(1.960.033)
Lucro bruto		93.033	44.521	151.266	92.410
Receitas (despesas) operacionais	22				
Despesas com vendas		(4.444)	(4.640)	(14.416)	(14.003)
Despesas gerais e administrativas		(272.751)	(185.016)	(769.177)	(789.462)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		10.305	8.984	47.899	8.052
		(266.890)	(180.672)	(735.694)	(795.413)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(173.857)	(136.151)	(584.428)	(703.003)
Resultado financeiro, líquido	23				
Receitas financeiras		25.804	21.779	69.978	57.728
Despesas financeiras		(6.627)	(13.590)	(25.878)	(44.644)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(3.821)	1.674	91	705
		15.356	9.863	44.191	13.789
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(158.501)	(126.288)	(540.237)	(689.214)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	-	-	-	-
Prejuízo do período		(158.501)	(126.288)	(540.237)	(689.214)
Prejuízo do período por ação (em R$)					
Básico - ON	25.1	(14,02)	(12,49)	(47,78)	(68,18)

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Prejuízo do período	(158.501)	(126.288)	(540.237)	(689.214)
Total do resultado abrangente	(158.501)	(126.288)	(540.237)	(689.214)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.492.032	-	(16)	129.766	(11.792.458)	40.829.324
Prejuízo do período	-	-	-	-	(689.214)	(689.214)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.037.016	-	-	-	3.037.016
Saldos em 30 de setembro de 2025	52.492.032	3.037.016	(16)	129.766	(12.481.672)	43.177.126
Saldos em 31 de dezembro de 2025	57.339.085	-	(16)	176.353	(12.851.026)	44.664.396
Prejuízo do período	-	-	-	-	(540.237)	(540.237)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.177.251	-	-	-	3.177.251
Saldos em 30 de setembro de 2026	57.339.085	3.177.251	(16)	176.353	(13.391.263)	47.301.410

	30/09/2026	30/09/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(540.237)	(689.214)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	598.112	619.133
Resultado na venda de investimentos	(3.857)	-
Baixa/reversão de ativos imobilizados e intangíveis	(16.559)	9.716
Juros sobre debêntures	16.392	31.164
Juros sobre arrendamento	124	407
Juros sobre passivo atuarial	35	3.218
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	96.445	66.523
Constituição de perda de crédito esperada	61.417	20.405
Provisão participação nos resultados	56.248	27.749
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	(13)	55
Resultado líquido ajustado	268.107	89.156
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	(43.840)	(97.099)
Estoques	2.942	2.690
Tributos a recuperar	(2.670)	(4.866)
Depósitos judiciais	2.722	59.252
Outros ativos	(49.980)	(62.108)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	284.919	363.378
Remunerações e encargos a pagar	28.872	76.060
Impostos e contribuições a recolher	(14.597)	(18.673)
Adiantamento de clientes	57.184	271.351
Partes relacionadas	(5.960)	(3.174)
Outras contas e despesas a pagar	(294)	(1.104)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	527.405	674.863
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(3.433.437)	(3.458.520)
Aquisição de intangível	(11.936)	(11.775)
Alienação de ativos	3.857	-
Caixa restrito	4.103	2.405
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.437.413)	(3.467.890)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.177.251	3.037.016
Amortização do principal sobre debêntures	(85.714)	(85.714)
Pagamento de juros sobre debêntures	(15.234)	(29.921)
Pagamento de arrendamento	(3.633)	(3.362)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	3.072.670	2.918.019
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	162.662	124.992
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	642.932	470.878
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	805.594	595.870
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	162.662	124.992
Transações que não afetaram o caixa		
Direito de uso de veículos (imobilizado/ arrendamento a pagar)	92	107

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	2.227.491	2.100.472
Outras receitas	18.458	20.072
Constituição de perda de crédito esperada, líquida	(57.776)	(12.129)
	2.188.173	2.108.415
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(332.353)	(328.886)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(345.757)	(284.638)
Perdas com ativos	28.409	(18.653)
	(649.701)	(632.177)
Valor adicionado bruto	1.538.472	1.476.238
Depreciação e amortização	(598.112)	(619.133)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	940.360	857.105
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	80.319	69.565
	80.319	69.565
Valor adicionado total a distribuir	1.020.679	926.670
Empregados		
Remuneração Direta	844.123	843.951
Benefícios	295.831	290.156
F.G.T.S.	73.528	82.497
Outros	70.793	146.071
	1.284.275	1.362.675
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	238.703	195.554
Estaduais	6	-
Municipais	(599)	1.524
	238.110	197.078
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	29.338	46.297
Aluguéis	9.193	9.834
	38.531	56.131
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(540.237)	(689.214)
	(540.237)	(689.214)
Valor adicionado total distribuído	1.020.679	926.670

1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP, na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 98,20% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Companhia é parte de consórcio que possui como finalidade a geração de energia elétrica renovável, no modelo de autoprodução "CONSORCIO LAGOA DO BARRO ASSOCIADO & METRO-SP". O projeto visa aumentar a eficiência energética, reduzir custos operacionais e a ampliação do uso de fontes renováveis na operação da Companhia. O consórcio possui prazo determinado de 15 anos, que podem ser prorrogados conforme a decisão das partes, e a previsão para início da geração de energia é o exercício de 2027.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo e a Companhia não é dependente orçamentário do GESP para a execução de suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara-Comitê Paralímpico Brasileiro - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda), Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integrada e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 2,99 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis do trimestre findo em 30 de setembro de 2026.

Em 31 de março de 2026 teve início a Operação Transitória da Linha 17-Ouro, no trecho de 5,5 km entre as estações Morumbi e Aeroporto de Congonhas. No dia 30 de junho de 2026 a estação Washington Luís complementou a Operação Transitória, alcançando 6,3 km de extensão. Atualmente, a operação da linha ocorre de segunda a sábado, das 6h às 22h e os passageiros podem visitar as estações sem cobrança de tarifa.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha e o trecho Penha (exclusive) – Dutra) e a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi), no sistema de transporte em monotrilho.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 50 anos com término em 21 de junho de 2060. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e com a Linha 17 – Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo.

Entre os principais eventos ocorridos nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

Durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 18.387 de 06 de janeiro de 2026, nos montantes de R$ 306.132 e R$ 874.766 respectivamente (R$ 226.587 e R$ 649.404 em 30 de setembro de 2025), a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2026

Em 29 de dezembro de 2025, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM n° 525/2025 reajustou, a partir de 06 de janeiro de 2026, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R$ 5,20 para R$ 5,40, um aumento de 3,85%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iii) Indicadores

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 250.484 (R$ 234.292 negativo em 30 de setembro de 2025) e fluxo de caixa operacional positivo de R$ 527.405 (R$ 674.863 positivo em 30 de setembro de 2025). Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 apurou prejuízo de R$ 158.501 e de R$ 540.237, respectivamente. Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 apurou prejuízo de R$ 126.288 e de R$ 689.214, respectivamente.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

A Companhia possui sindicâncias administrativas em curso oriundas de denúncias internas ou externas e que podem envolver seus colaboradores ou partes interessadas. Tais processos são abertos para a apuração de supostas irregularidades e, quando concluídas, estabelecem recomendações e planos de ação que são executados pela Administração.

A Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e toma medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de coibir ou, se necessário, apurar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2026, as denúncias relatadas abaixo são objeto de acompanhamento pela Administração, contudo, não possuem decisão final ou requisito legal que estabeleça valores de ressarcimento à Companhia ou que identifique possíveis perdas que possam ser determinadas. Assim, para o período findo em 30 de setembro de 2026, os requisitos do CPC - 00 Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, referente registro de um ativo/receita ou de um passivo/despesa, não estão presentes.

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial com base no acordo de leniência firmado entre a empresa Siemens e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas. A referida ação encontra-se em fase inicial, tendo as empresas requeridas apresentado contestação e as requerentes réplica.

Os contratos relacionados ao Metrô e tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212, para extensão da linha 2-Verde trecho Ana Rosa – Ipiranga e contrato nº 4001521201, para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 – Verde.

No âmbito do CADE, além da concorrência desleal nas obras citadas acima, detectou-se no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, que as Concorrências 41377212 e 41377213, que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do Metrô de São Paulo, concluiu-se pela existência de superfaturamento.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

ii) Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou o processo administrativo n. 08700.003241/2017-81, após acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das Linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212), e envolveria cinco empresas principais ("G-5"): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento "Shield", comumente conhecido como "Tatuzão", utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014.

Em 11 de dezembro 2023, foi publicada no Diário Oficial da União, a suspensão do processo administrativo a todos os representados, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária. Em 18/12/2025 houve a publicação do Despacho SG Nº 1.704, de 17/12/2025, no Diário Oficial da União, determinando a retomada da instrução regular do Processo Administrativo nº 08700.003241/2017-81.

O tema também é objeto de uma ação de improbidade administrativa, processo nº 0041369-29.2011.8.26.0053, proposta pelo Ministério Público Estadual em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô deu início ao cumprimento da sentença em face das empresas Construtoras, no valor de R$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução encontra-se suspensa desde 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, sem que houvesse atualizações desde a citada data.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia do Metrô tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil firmou acordo de delação premiada na operação Lava Jato, envolvendo supostos pagamentos de propina entre 2004 e 2014 nas Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja do Metrô.

Tramita ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212).

O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao indevido acréscimo patrimonial, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado. Houve o trânsito em julgado da condenação e o Metrô iniciou o cumprimento de sentença, processo nº0000949-54.2026.8.26.0053, e buscará bens para satisfazer a condenação imposta.

Adicionalmente, com base na apuração do procedimento correcional da Corregedoria Geral da Administração ("CGA"), de que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053. O processo está na fase instrutória.

iv) Reflexo e perdas no patrimônio da Companhia – Expectativas de ressarcimento

A Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 30 de setembro de 2026, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas e pessoas físicas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos nas ações judiciais supracitadas, recomendando, portanto, aguardar as decisões finais do Poder Judiciário.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) (demonstração intermediária) e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2026.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

• Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo no resultado;

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As informações trimestrais – ITR aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de mensuração de estimativas adotados e apresentados detalhadamente nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e bancos - custeio	4.764	4.464
Caixa e bancos - investimento	56	206
Total de caixa e bancos	4.820	4.670
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	773.907	614.447
Aplicações - investimento	26.867	23.815
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	800.774	638.262
Total de custeio	778.671	618.911
Total de investimento	26.923	24.021
Total de caixa e equivalentes de caixa	805.594	642.932

De acordo com o Decreto Estadual n° 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a remuneração média é de 97,56% do CDI. (98,87% em 31 de dezembro de 2025).

4 Contas a receber

4.1 Contas a receber, líquidos

	30/09/2026	31/12/2025
Terceiros	406.392	397.533
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP [a]	200.956	168.247
Outros [b]	3.326	4.695
	610.674	570.475
Perda de crédito esperada	(421.836)	(364.060)
Total do contas a receber, líquido	188.838	206.415
Total - circulante	183.416	200.200
Total - não circulante	5.422	6.215

[a] GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública).

[b] No período findo em 30 de setembro de 2026, inclui o montante de R$ 2.045 (R$ 1.729 em 31 de dezembro de 2025) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

4.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	30/09/2026			31/12/2025		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	190.024	(4.070)	185.954	200.786	(3.635)	197.151
Vencidos até 30 dias	1.306	(649)	657	5.309	(1.126)	4.183
Vencidos de 31 até 60 dias	1.791	(1.137)	654	1.814	(999)	815
Vencidos de 61 até 90 dias	1.843	(1.137)	706	5.681	(4.269)	1.412
Vencidos de 91 até 180 dias	4.909	(4.042)	867	6.261	(4.625)	1.636
Vencidos de 181 até 360 dias	10.445	(10.445)	-	17.393	(16.175)	1.218
Vencidos superiores a 360 dias	400.356	(400.356)	-	333.231	(333.231)	-
Total	610.674	(421.836)	188.838	570.475	(364.060)	206.415
Total - circulante	605.252	(421.836)	183.416	564.260	(364.060)	200.200
Total - não circulante	5.422	-	5.422	6.215	-	6.215

4.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	30/09/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	(364.060)	(364.806)
Adições/Reversões	(61.417)	(23.469)
Créditos baixados definitivamente da posição	3.641	24.215
Total	(421.836)	(364.060)

5 Estoques

	30/09/2026	31/12/2025
Materiais de uso comum e administrativo	3.986	4.968
Materiais de reposição	161.077	161.622
Materiais de consumo geral e manutenção	37.189	37.890
Materiais em poder de terceiros [(a)]	638	1.288
Outros	80	144
(-) Materiais obsoletos	(14)	(27)
Total	202.956	205.885

[(a)] Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

5.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	30/09/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	(27)	-
Adições	(18)	(27)
Reversões	31	-
Total	(14)	(27)

6 Caixa restrito

No período findo em 30 de setembro de 2026, o montante de caixa restrito é de R$ 31.768 (R$ 35.871 em 31 de dezembro de 2025).

O caixa restrito reflete o montante de pagamento equivalente a três parcelas de amortização mensal das debêntures, e após o término da amortização, previsto para maio de 2027, passará a compor as disponibilidades da Companhia, e desta forma possui restrição de uso conforme a nota explicativa nº 13.

7 Depósitos judiciais

	30/09/2026	31/12/2025
Trabalhistas	14.865	16.696
Cíveis	30.448	30.761
Tributários e previdenciários	682	1.260
Total	45.995	48.717

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa n° 27 – Cobertura de seguros. Em 30 de setembro de 2026, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R$ 359.908 (R$ 442.654 em 31 de dezembro de 2025), conforme nota explicativa n° 26.10.

8 Investimentos

	30/09/2026	31/12/2025
Terrenos para investimentos - saldo inicial	214.618	259.443
Adições [(a)]	7.581	2
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(22.901)
Transferência para imobilizado [(a)]	(64.619)	(21.926)
Total	157.580	214.618
Obras de arte	5.114	5.114
Total	162.694	219.732

(a) As adições refletem a disponibilização de terremos para exploração comercial, e foram transferidas de terrenos desapropriados do imobilizado. Já o montante de transferência reclassificado para o imobilizado reflete a alteração na classificação ou de montante disponibilizado para exploração comercial.

9 Imobilizado

9.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2025	Adições [c]	Baixas/ reversões [d]	Transferências [e]	30/09/2026
Custo						
Obras civis [a]		22.092.401	22.155	(9)	54.117	22.168.664
Sistemas [b]		12.211.906	24.317	6.131	-	12.242.354
Terrenos [f]		3.659.427	91.848	(316)	57.038	3.807.997
Obras em andamento		16.850.995	3.166.651	-	227.676	20.245.322
Adiantamentos		579.848	128.466	-	(281.793)	426.521
Bens Móveis - Arrendamento		9.606	92	(9)	-	9.689
Total		55.404.183	3.433.529	5.797	57.038	58.900.547
Depreciação						
Obras civis [a]	1,25%	(4.496.666)	(259.600)	8		(4.756.258)
Sistemas [b]	2,90%	(3.802.453)	(325.700)	10.747		(4.117.406)
Bens Móveis - Arrendamento		(6.724)	(2.972)	7		(9.689)
Total		(8.305.843)	(588.272)	10.762	-	(8.883.353)
Total imobilizado		47.098.340	2.845.257	16.559	57.038	50.017.194

[a] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

[b] Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

[c] As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R$ 1.758 milhões, 17 – Ouro, de R$ 954 milhões, e 15 – Prata, de R$ 666 milhões.

[d] Houve uma reversão de perda devido a recuperabilidade identificada de sistema proveniente dos trens M22 e M23, da linha 15 – Prata, os quais sofreram uma colisão em 2019.

[e] A principal transferência ocorreu com a imobilização do novo Centro de Controle Operacional – CCOx, de R$ 54 milhões.

[f] As transferências refletem tanto a disponibilização de terremos para exploração comercial, e foram realizadas para terrenos para investimento, como os montantes reclassificados do investimento para o imobilizado para refletir alteração na classificação ou de montante disponibilizado para exploração comercial, conforme nota explicativa nº 8.

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2024	Adições [c]	Baixas	Transferências	30/09/2025
Custo						
Obras civis [a]		22.036.115	53.588	(22)	-	22.089.681
Sistemas [b]		11.912.172	47.313	(9.704)	190.310	12.140.091
Terrenos		3.205.967	281.332	-	-	3.487.299
Obras em andamento		12.001.904	2.758.068	-	349.615	15.109.587
Adiantamentos		940.862	318.219	-	(539.925)	719.156
Bens Móveis - Arrendamento		9.432	107	-	-	9.539
Total		50.106.452	3.458.627	(9.726)	-	53.555.353
Depreciação						
Obras civis [a]	1,25%	(4.168.491)	(252.950)	10	-	(4.421.431)
Sistemas [b]	2,90%	(3.339.516)	(339.244)	-	-	(3.678.760)
Bens Móveis - Arrendamento		(2.830)	(2.894)	-	-	(5.724)
Total		(7.510.837)	(595.088)	10	-	(8.105.915)
Total imobilizado		42.595.615	2.863.539	(9.716)	-	45.449.438

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.
(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.
(c) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R$ 1.412 milhões, 17 – Ouro, de R$ 990 milhões, e 15 – Prata, de R$ 944 milhões.

9.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

No período findo em 30 de setembro de 2026, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		30/09/2026
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis [(a)]		4.456.333	8.146.388	12.602.721
Sistemas [(b)]		1.387.731	2.447.339	3.835.070
Terrenos		217.453	808.878	1.026.331
Obras em Andamento		76.637	-	76.637
Total		6.138.154	11.402.605	17.540.759
Depreciação				
Obras civis [(a)]	1,25%	(724.059)	(1.001.228)	(1.725.287)
Sistemas [(b)]	2,90%	(367.481)	(480.488)	(847.969)
Total		(1.091.540)	(1.481.716)	(2.573.256)
Total do imobilizado sob concessão		5.046.614	9.920.889	14.967.503

[(a)] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.
[(b)] Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No período findo em 30 de setembro de 2025, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		30/09/2025
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis [(a)]		4.417.674	8.146.329	12.564.003
Sistemas [(b)]		1.387.731	2.425.660	3.813.391
Terrenos		223.182	749.618	972.800
Obras em Andamento		42.759	-	42.759
Total		6.071.346	11.321.607	17.392.953
Depreciação				
Obras civis [(a)]	1,25%	(655.949)	(875.927)	(1.531.876)
Sistemas [(b)]	2,90%	(326.200)	(399.291)	(725.491)
Total		(982.149)	(1.275.218)	(2.257.367)
Total do imobilizado sob concessão		5.089.197	10.046.389	15.135.586

[(a)] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.
[(b)] Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

10 Intangível

10.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas [a]	Saldo em 30/09/2026
Softwares	20% a.a.				
Custo de Aquisição		217.568	11.936	(181.381)	48.123
Amortização		(195.683)	(9.840)	181.381	(24.142)
Total do intangível		21.885	2.096	-	23.981

[a] No período findo em 30 de setembro de 2026 houve a baixa de ativos intangíveis (softwares), já amortizados em sua integralidade.

11 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Administradores				
Remuneração	978	915	3.030	2.689
Encargos sociais	175	142	521	408
Benefícios	104	100	307	294
Previdência suplementar	34	33	100	93
Total	1.291	1.190	3.958	3.484
Conselhos e Comitê de Auditoria	618	559	1.781	1.663
Total no período	1.909	1.749	5.739	5.147
Número de Membros (ao fim do período)				
Conselho de Administração	11	10	11	10
Conselho Fiscal - efetivos	5	5	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4	4	4
Diretoria Executiva	5	5	5	5

No período findo em 30 de setembro de 2026, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R$ 34.555,43 e para diretor não estatutário R$ 43.402,43, respectivamente (R$ 32.908,97 e R$ 41.547,20 no período findo em 30 de setembro de 2025).

12 Fornecedores

	30/09/2026	31/12/2025
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	426.364	376.813
Empreiteiras - obras civis	379.234	198.759
Prestação de serviços	87.576	88.150
Outros	39.192	30.764
Energia elétrica	7.552	5.864
Fornecedores nacionais	939.918	700.350
Fornecedores internacionais	83.265	37.914
Total	1.023.183	738.264

13 Debêntures

	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2025						30/09/2026		
			Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	112.813	37.494	150.307	15.039	1.353	(15.234)	(85.714)	65.751	-	65.751
Total			112.813	37.494	150.307	15.039	1.353	(15.234)	(85.714)	65.751	-	65.751

13.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (*QR Code),* sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui o montante de R$ 31.768 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 6.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

13.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2026	2027	Total
Debêntures	28.257	37.494	65.751
Total	28.257	37.494	65.751

14 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.140	37.736
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	9.430	8.689
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	2.838	3.247
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	3.453	2.898
Outros impostos e contribuições [(a)]	1.050	825
Total	38.911	53.395
Não circulante		
Outros impostos e contribuições [(a)]	525	638
Total	525	638
Total geral	39.436	54.033

[(a)] Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS, CIDE e a parcelamento de tributos municipais (ISS) inscritos em dívida ativa da PMSP.

15 Remunerações e encargos a pagar

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Férias	129.966	132.370
Encargos sociais	109.646	84.628
Participação no resultado - PPR	56.248	49.459
13° salário	67.526	-
Incentivo benefício saúde - PDI	9.676	15.777
Salários e rescisões a pagar	2.167	778
Parcelamentos previdenciários [(a)]	9.095	6.700
Outros valores a pagar [(b)]	10	2.654
Total	384.334	292.366
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários [(a)]	11.459	15.906
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	2.108	4.509
Total	13.567	20.415
Total geral	397.901	312.781

(a) A Companhia aderiu três parcelamentos previdenciários referentes aos débitos de INSS FAP dos anos de 2016 e de 2017, no montante original de R$ 36.336, os quais estão sendo liquidados em 60 parcelas mensais.
(b) Inclui pensões judiciais.

15.1 Plano de desligamento incentivado

Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

O Programa de Desligamento Incentivado (PDI), lançado em 17 de novembro de 2023, teve seus prazos de adesão e desligamento prorrogados e reabertos em 2025 e 2026, totalizando 783 inscritos.

Até 30 de setembro de 2026, foram desligados 645 colaboradores, restando 138 desligamentos para a conclusão do programa, sendo que os custos estimados para concluir os desligamentos é de R$ 62.803.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

16 Adiantamento de clientes

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Centros comerciais [a] [b]	24.716	21.085
Créditos em poder do passageiro	17.395	17.619
Arrendamentos a apropriar	644	550
Outros	4.926	4.728
Total	47.681	43.982
Não circulante		
Centros comerciais [a]	668.816	679.675
Arrendamentos a apropriar [b]	185.192	120.848
Outros	338	338
Total	854.346	800.861
Total geral	902.027	844.843

[a] Em 30 de setembro de 2026, inclui R$ 290.456, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, o qual se refere à antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos. Inclui também R$ 273.578, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Condeshop, concessionário dos Shoppings Metrô Tatuapé e Boulevard Tatuapé, referente à antecipação de receitas e pelo direito de uso dos terrenos adjacentes à estação Tatuapé do Metrô, assim como pela extensão da vigência contratual em 50 anos.

[b] Em 30 de setembro de 2026, inclui R$ 135.870, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Prima, o qual se refere à outorga pela extensão da vigência contratual em 20 anos da concessão dos Terminais de ônibus Tietê e Jabaquara, assim como pela extensão da vigência contratual em 23 anos da concessão do Terminal de Ônibus Barra Funda. Inclui também R$ 36.748, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes da Jcdecaux pela extensão da vigência contratual em 6 anos e pela inclusão dos espaços da Linha 15 – Prata no escopo do contrato de exploração comercial de espaços publicitários da Companhia.

17 Transações com partes relacionadas

		30/09/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte [a]	200.956	-	200.956	168.247	-	168.247
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial [b]	-	156.429	156.429	-	131.199	131.199
Outros	C/R - Diversos [c]	3.326	-	3.326	4.695	-	4.695
		204.282	156.429	360.711	172.942	131.199	304.141
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios [d]	(3.874)	(204.385)	(208.259)	(3.874)	(207.291)	(211.165)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde [e]	(22.554)	-	(22.554)	(23.134)	-	(23.134)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento [f]	(3.559)	(15.857)	(19.416)	(3.559)	(18.500)	(22.059)
Iamspe	C/P - Saúde [g]	(229)	-	(229)	(435)	-	(435)
GESP	C/P - Gratuidades [h]	(875)		(875)	-	-	-
PRODESP	C/P - Proc. Dados [i]	(474)	-	(474)	(974)	-	(974)
		(31.565)	(220.242)	(251.807)	(31.976)	(225.791)	(257.767)
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Afac [j]	-	-	(3.177.251)	-	-	-
GESP	C/S - Integralização de capital [k]	-	-	-	-	-	(4.847.053)
		-	-	(3.177.251)	-	-	(4.847.053)

		Três meses findos em		Nove meses findos em	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Resultado	Natureza				
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP [l]	316.479	242.044	909.792	726.314
GESP	Receita com gratuidades [m]	165.689	155.795	477.496	443.316
CBTU	C/P - Convênios [d]	969	969	2.906	2.906
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde [e]	(58.878)	(64.652)	(185.243)	(188.160)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento [f]	(685)	(831)	(2.123)	(2.138)
Iamspe	C/P - Saúde [g]	(690)	(697)	(2.197)	(2.069)
Administração	Despesas com folha [n]	(1.909)	(1.749)	(5.739)	(5.147)
PRODESP	Despesa com Proc. de Dados [i]	(7.758)	(3.960)	(23.361)	(3.586)
Total		413.217	326.919	1.171.531	971.436

[a] Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, cujo montante é apresentado bruto de estimativa para perda, conforme nota explicativa n° 4.1. O saldo de 31/12/2025 inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

[b] Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.

[c] Conforme demonstrado na nota explicativa n° 4.1 Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.

[d] O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU. O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no período.

[e] O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no período.

[f] Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.

[g] O saldo de repasse ao Iamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano. O montante contido no resultado corresponde a despesa apropriada no período.

[h] Trata-se da obrigação de transporte de passageiros com benefícios de gratuidades, cuja remuneração a Companhia já recebeu.

[i] Saldo do passivo da PRODESP referente a prestação de serviço de Processamento de Dados. O montante contido no resultado corresponde a despesa apropriada no período.

[j] Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital social, realizado pelo GESP.

(k) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.
(l) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.
(m) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 21.
(n) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.

18 Planos de previdência suplementar

18.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e que, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que: no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano; no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

18.2 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	89.594
Custo do serviço corrente	2.001
Juros sobre obrigação atuarial	8.581
Contribuições da patrocinadora	(6.307)
Ganhos atuariais - ORA (2025)	(93.174)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	695
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	347
Juros sobre obrigação atuarial	69
Saldo final em 30 de setembro de 2026	764
Valor presente das obrigações atuariais	1.462.729
Valor justo dos ativos do plano	(1.461.965)
Passívo líquido em 30 de setembro de 2026	764
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	382

No período findo em 30 de setembro de 2026, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R$ 189.060 (Em 30 de setembro de 2025, o montante pago foi de R$ 191.668).

19 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.
A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 30/09/2026
Trabalhistas	190.020	747	10.973	(29.747)	171.993
Cíveis	1.478.782	15.257	108.313	(9.724)	1.592.628
Tributários e previdenciários	5.771	22	606	(2)	6.397
Total	1.674.573	16.026	119.892	(39.473)	1.771.018

19.1 Processos trabalhistas

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia figura no polo passivo em 3.324 processos de natureza trabalhista (3.270 processos em 31 de dezembro de 2025).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

19.2 Processos cíveis

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia figura no polo passivo em 645 processos de natureza cível (682 processos em 31 de dezembro de 2025).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrus assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrus para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas (processo nº 0727078-90.1998.8.26.0100) acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação.

Adicionalmente, há cobranças de prestação de serviços por parte da EMTEL que não foram pagas pelo Metrus (processo nº 0710572-44.1995.8.26.0100). Este processo, possui valor contingenciado de R$ 693.186, com risco provável. Em 30 de junho de 2026 foi proferida decisão no Superior Tribunal de Justiça confirmando a parcial procedência de ação rescisória. Diante das novas decisões judiciais, a Companhia avalia os reflexos quanto ao andamento do processo e possíveis reflexos em suas demonstrações financeiras.

Já em relação ao processo 0727078-90.1998.8.26.0100, o valor contingenciado é de R$ 399.270, alocado como risco provável.

Em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP.

19.3 Processos tributários e previdenciários

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia figura no polo passivo em 214 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2025, são 230 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

19.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	30/09/2026	31/12/2025
Trabalhistas [(a)]	535.939	483.836
Cíveis [(b)]	4.930.621	4.576.960
Tributários e previdenciários	35.562	27.554
Total	5.502.122	5.088.350

(a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

(b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A do Brasil, Consórcio Construcap-Constran, Camargo Corrêa, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda e Inepar S/A Indústria E Construções. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R$ 3.408.486 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R$ 1.522.135 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2025, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R$ 3.178.430).

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R$ 77.358.042.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

20.2 Capital social

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e realizado é de R$ 57.339.085, composto por 11.307.375 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia registrou o montante de R$ 3.177.251 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Tais recursos são provenientes de seu acionista majoritário.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	30/09/2026		31/12/2025	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	11.104.168	98,20%	11.104.168	98,20%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	1,79%	202.032	1,79%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	11.307.375	100,00%	11.307.375	100,00%

21 Receita operacional líquida

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receita tarifária	534.897	503.221	1.540.641	1.470.505
Gratuidades (ressarcimento) [(a)]	165.689	155.795	477.496	443.316
Desenvolvimento imobiliário	28.171	24.417	86.660	74.477
Varejo	16.754	16.215	50.823	50.843
Mídia e publicidade	19.804	17.703	62.168	52.437
Outros negócios	1.559	2.779	9.703	8.894
Receita não tarifária	66.288	61.114	209.354	186.651
Receita operacional bruta	766.874	720.130	2.227.491	2.100.472
Impostos sobre a receita bruta [(b)]	(16.970)	(16.210)	(48.632)	(48.029)
Deduções e impostos	(16.970)	(16.210)	(48.632)	(48.029)
Receita operacional líquida	749.904	703.920	2.178.859	2.052.443

(a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

(b) No período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 inclui os montantes de R$ 8.411 e R$ 24.226 referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB (Em 30 de setembro de 2025, inclui os montantes de R$ 10.546 e R$ 30.629).

22 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	(356.280)	(349.973)	(1.117.993)	(1.046.101)
Materiais	(19.102)	(23.341)	(67.923)	(64.471)
Energia elétrica de tração	(40.586)	(38.051)	(115.929)	(115.505)
Serviços	(44.922)	(38.364)	(139.457)	(122.081)
Gastos gerais	(3.271)	(10.205)	(9.737)	(28.431)
Depreciação e amortização	(192.710)	(199.465)	(576.554)	(583.444)
	(656.871)	(659.399)	(2.027.593)	(1.960.033)
Despesas com vendas				
Pessoal	(4.366)	(4.158)	(13.749)	(13.495)
Serviços	-	(461)	(471)	(461)
Gastos gerais	(78)	(19)	(195)	(41)
Depreciação e amortização	-	(2)	(1)	(6)
	(4.444)	(4.640)	(14.416)	(14.003)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(109.968)	(116.255)	(306.192)	(365.208)
Materiais	(210)	(607)	(739)	(1.292)
Serviços	(33.531)	(48.300)	(121.821)	(136.287)
Gastos gerais	(121.754)	(7.848)	(318.868)	(250.992)
Depreciação e amortização	(7.288)	(12.006)	(21.557)	(35.683)
	(272.751)	(185.016)	(769.177)	(789.462)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Receitas com a prestação de outros serviços	224	211	1.690	1.589
Multas contratuais	583	3.334	1.699	5.983
Resultado na alienação de ativos	3.857	-	3.857	-
Créditos convênio CBTU	969	969	2.906	2.906
Baixas/reversões de imobilizados e intangível [(a)]	(4.951)	(1)	16.559	(9.716)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.623	4.471	21.188	7.290
	10.305	8.984	47.899	8.052
	(923.761)	(840.071)	(2.763.287)	(2.755.446)

[(a)] No período findo em 30 de setembro de 2026, foi efetuada a reversão parcial de perda devido a recuperabilidade de sistemas e peças proveniente dos trens M22 e M23, da linha 15 – Prata, os quais sofreram uma colisão em 2019, conforme nota explicativa nº 9.1

23 Resultado financeiro, líquido

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	25.653	21.180	69.582	54.881
Juros ativos	490	466	1.466	1.578
Ajuste a valor presente	(339)	133	(1.070)	1.269
	25.804	21.779	69.978	57.728
Despesas financeiras				
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas [(a)]	(5.417)	(11.354)	(21.451)	(38.337)
Despesas com juros atuariais	(12)	(1.073)	(35)	(3.218)
Outras despesas financeiras	(1.198)	(1.163)	(4.392)	(3.089)
	(6.627)	(13.590)	(25.878)	(44.644)
Variações monetárias e cambiais				
Variações monetárias líquidas	(3.835)	985	(493)	(838)
Variações cambiais líquidas	14	689	584	1.543
	(3.821)	1.674	91	705
Resultado financeiro líquido	15.356	9.863	44.191	13.789

(a) Do montante de R$ 5.417, nos três meses findos em 30 de setembro de 2026, os montantes de (R$ 3.837) e (R$ 451) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. (Nos três meses findos em 30 de setembro de 2025, os montantes são de (R$ 9.589) e (R$ 451), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados) e do montante de R$ 21.451, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2026, os montantes de (R$ 15.039) e (R$ 1.353) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. (Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2025, os montantes são de (R$ 29.812) e (R$ 1.353), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados), conforme nota explicativa n° 13.

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	30/09/2026	31/12/2025
Prejuízos fiscais	7.536.318	7.317.945
Base negativa da contribuição social	7.144.437	6.943.094

24.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(158.501)	(126.288)	(540.237)	(689.214)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	53.890	42.938	183.680	234.333
Reconciliação da alíquota:				
Lei 8.200/91 - CSLL [(a)]	(543)	(558)	(1.630)	(1.640)
Demais adições e exclusões, líquidas	(26.366)	(26.514)	(79.643)	(79.423)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa [(b)]	(26.982)	(15.866)	(102.408)	(153.270)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

(b) A Companhia não constitui ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, pois não apresenta expectativa de lucros tributáveis futuros.

Impactos da Reforma Tributária

No trimestre findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia tem adotado as ações necessárias para implementação da reforma tributária.

25 Resultado por ação

25.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Prejuízo atribuível aos acionistas	(158.501)	(126.288)	(540.237)	(689.214)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	11.307	10.109	11.307	10.109
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	11.307	10.109	11.307	10.109
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R$)	(14,02)	(12,49)	(47,78)	(68,18)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

26 Instrumentos financeiros e fatores de risco

26.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	805.594	642.932	-	-
Contas a receber	-	-	188.838	206.415
Outros ativos	-	-	233.127	183.147
Caixa restrito	31.768	35.871	-	-
	837.362	678.803	421.965	389.562
Passivo				
Fornecedores	-	-	1.023.183	738.264
Debêntures	-	-	65.751	150.307
Partes relacionadas	-	-	251.807	257.767
Passivo de arrendamento	-	-	-	3.417
Outras contas e despesas a pagar	-	-	3.020	3.314
Total	-	-	1.343.761	1.153.069

26.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

26.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de *Rating*

Em 31 de março de 2026, a Moody´s Local revisou e manteve o Rating de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

26.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pela agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e Baa3 concedida pela Moody's.

26.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 12 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R$ 5,1809/US$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2026:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	5,1809
Fornecedores internacionais	83.265
Valores expostos [(a)]	16.072
Cenário favorável (-50%)	(41.633)
Cenário favorável (-25%)	(20.816)
Cenário adverso (+50%)	41.633
Cenário adverso (+25%)	20.816

(a) Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US$), de obrigações com fornecedores internacionais.

26.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das informações trimestrais, conforme nota explicativa n° 13, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos (saldo líquido positivo) [(a)]	13,65%	744.688
Cenário adverso (-50%)	6,825%	(50.825)
Cenário adverso (-25%)	10,238%	(25.412)
Cenário favorável (+50%)	20,475%	50.825
Cenário favorável (+25%)	17,063%	25.412

[(a)] Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

26.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

26.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

26.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui passivo oneroso de R$ 65.751 (R$ 150.307 em 31 de dezembro de 2025), conforme nota explicativa n° 13, para fins de apuração do índice de endividamento.

O índice de cobertura apurado é de 108,06% no período findo em 30 de setembro de 2026 (100,35% em 31 de dezembro de 2025).

26.10 Garantias

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R$ 4.099 (R$ 4.870 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa n° 27 - Cobertura de Seguros. Em 30 de setembro de 2026, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice é de R$ 359.908 (R$ 442.654 em 31 de dezembro de 2025).

27 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	30/09/2026	31/12/2025
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	450.000	450.000
Seguro garantia judicial	250.000	250.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	157.232	93.300
Seguro garantia compra de energia	19.828	43.384
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	1.290	3.253
Total	908.350	869.937


METRÔ